

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____
Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 266/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 2365/2013 – 02 volumes.**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** MANAUSMED.
- 4- Exercício:** 2012.
- 5- Responsável:** Sr. Jackson Chagas Saldanha, Diretor Executivo, à época.
- 6- Unidade Técnica:** DICA/MA– Relatório Conclusivo nº. 06/2014 (fls. 278/295).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2459/2014-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 297/308)
- 8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. MANAUSMED. Exercício 2012.

Contas irregulares. Multa. Considerar em débito os Srs. Roberto Valiete de Souza e Jackson Chagas Saldanha. Recomendação à Prefeitura Municipal de Manaus e a MANAUSMED.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas do Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus – MANAUSMED, Relativo ao Exercício Financeiro De 2012, de Responsabilidade do Senhor Jackson Chagas Saldanha, Diretor Executivo e Ordenador de Despesas no período de 14/10/2011 a 01/01/2013, com fulcro no art. 1º, incisos II e XI, c/c o art. 22, III, alínea “b” e “c”, art. 25, todos da Lei 2.423/96 – TCE/AM (Lei Orgânica), art. 5º, inciso II, c/c o art. 188, § 1º, III, alíneas “b” e “c” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

9.2- Aplicar multa no montante de **R\$ 8.768,25** em conformidade com o artigo 54, inciso II, da Lei 2.423/96 pelas impropriedades listadas nos itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.6, do Relatório/Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para o recolhimento da sanção pecuniária aplicada aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescido da atualização monetária e dos juros de mora devidos, com comprovação perante esta Corte de contas



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 266/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

nos termos do art. 72, II, da Lei nº 2.423/96 – TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 308, inciso I, alínea “c” e inciso V, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);

9.4- Autorizar, caso o valor da condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estipulado, a inscrição do Débito na Dívida Ativa e a instauração da Cobrança Executiva, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 308, § 6º da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);

9.5- Considerar em débito o Senhor Roberto Valiente de Souza, atual Diretor Executivo e Ordenador de Despesas, bem como o Senhor Jackson Chagas Saldanha, ex-Diretor Executivo e Ordenador de Despesas, no montante de **R\$ 38.133,33** (Trinta e Oito Mil, Cento e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), nos termos dos artigos 305 e 306 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e tendo em vista a Responsabilidade Solidária, em conformidade com o artigo 20, § 2º da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, pelos pagamentos indevidos constante no termo de rescisão de contrato de trabalho, das referidas Diretorias;

9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que recolhimento do valor do **débito** aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei n. 2423/1996 – LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 4/2002 – Regimento Interno);

9.7- Recomendar a Prefeitura Municipal de Manaus, caso o valor da condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estipulado, a inscrição do Débito na Dívida Ativa e a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 308, § 6º da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno);

9.8- Por fim, Recomendar à MANAUSMED:

9.8.1- Que Passe a exigir de seus contratados as documentações relativas à regularidade fiscal como exige o artigo 29, incisos II a IV e artigo da Lei 8.666;

9.8.2- Que o Gestor busque constantemente preservar o equilíbrio econômico e financeiro da unidade gestora, para que a mesma desempenhe satisfatoriamente suas atribuições;

9.8.3- Que seja alterada a Natureza Jurídica da MANAUSMED, visto que o Serviço Social Autônomo é criado por entidades privadas de categoria econômica, não prestam serviço público delegado pelo estado, mas atividade privada de interesse público (serviços não exclusivos do Estado);

9.9- Encaminhar cópias do Relatório Conclusivo, bem como do Parecer Ministerial aos Gestores do MANAUSMED e recomendar que doravante atentem para o fiel cumprimento das normas pertinentes aos assuntos objeto de recomendações e/ou restrições não sanadas, a fim de que não haja reincidências, devendo a Comissão de Inspeção das Contas do exercício de 2012 efetuar o acompanhamento e o monitoramento.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de maio de 2015.

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 266/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral